



Je
Jornal do
Engenheiro

Shunji Nishimura – um dos milhares de imigrantes que começaram a chegar ao Brasil no início do século XX – investe há 60 anos em tecnologia para o campo.

Página 6



Uma história
que **alia** tradição
e inovação



EM BUSCA DOS ENGENHEIROS

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

UM REFLEXO IMEDIATO da retomada do crescimento econômico no Brasil foi a carência da mão-de-obra mais intimamente ligada ao desenvolvimento: os engenheiros. Para os setores da construção civil, naval, tecnologia de ponta, de repente, faltavam profissionais que dessem conta dos novos projetos com a excelência exigida. Tal cenário era previsível. Ao longo de mais de duas décadas de estagnação, a engenharia perdeu relevância e os profissionais se viram sem espaço para atuar. O bloqueio ao crescimento restringiu seu papel, impediu-os de exercer sua vocação e aplicar sua capacidade técnica.

Como consequência natural, a mão-de-obra existente e que não encontrava oportunidade migrou para outras atividades e deixou de se atualizar; para os estudantes, uma carreira na engenharia não era tão atraente. Por isso mesmo, no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, em que se propõe um crescimento anual de 6%, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) alerta para a necessidade urgente de multiplicar a mão-de-obra apta a operar o sistema empresarial e de inovação. O que se defende é dobrar, para começar a conversa, o número de 30 mil formandos por ano, claramente insuficiente. Longe de ser um problema a se lamentar, a atual demanda por engenheiros é um desafio que a sociedade brasileira deverá enfrentar com otimismo e determinação. É preciso agora recuperar esse prejuízo, lançando mão de todas as possibilidades: tanto requalificar os profissionais disponíveis, mas à margem do mercado, quanto garantir que mais jovens ingressem nos cursos voltados às áreas tecnológicas, assegurando a esses formação de qualidade. O esforço deve incluir não só o ensino superior de graduação e pós, mas também o fundamental e o médio. Nossas



crianças têm de aprender e entender física, matemática, química e biologia, para que no futuro possam produzir ciência e tecnologia. Além do governo, a tarefa deve envolver as universidades, o setor produtivo e as entidades representativas dos profissionais, pois todos têm contribuição significativa a dar. Talvez, no futuro, sigamos até mesmo o exemplo da Alemanha, que já busca engenheiros na pré-escola, conforme matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico*, de 17 de junho. Diante de

uma situação em que há 95 mil vagas, frente a apenas 40 mil novos profissionais, as empresas resolveram pensar no futuro e já buscam desenvolver a vocação em crianças de três a seis anos. Entre as iniciativas, a Siemens distribuiu ao seu novo público-alvo 3 mil “caixas de descobertas” que trazem materiais para experimentos científicos. Enquanto isso, a Bosch envia aprendizes aos jardins de infância para explicar o que fazem os engenheiros e depois convidar a garotada a visitar a companhia.

*Não só no Brasil
faltam profissionais.
Na Alemanha, as
empresas procuram
novos talentos para a
área tecnológica até
no jardim de infância.*

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Kleber Gutierrez. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Lucélia de Fátima Barbosa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** ANATEC ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES



No centenário da imigração, uma homenagem

Carlos Shiniti Saito

A REFERÊNCIA INICIAL da história do centenário da imigração japonesa tem como cenário a chegada do navio Kasato Maru no Porto de Santos, em 18 de junho de 1908. Era o fim de uma viagem de 52 dias, que provavelmente parecera interminável aos 781 imigrantes, cujas mentes vinham povoadas com sonhos a se realizarem aqui do outro lado do mundo.

A esperança era, colhido o fruto do seu trabalho num período de três a quatro anos nesta terra, retornarem vitoriosos à sua pátria natal, para junto de seus entes queridos.

Porém, para a grande maioria desses aventureiros, a história se mostrou totalmente contrária. Deparando-se com costumes e língua inteiramente estranhos às suas origens, nossos pais e avós tiveram que se submeter às severas condições impostas. Às custas de muitos sacrifícios, saudades, decepções, suor e lágrimas superaram todos os óbices que o destino lhes reservou.

Após as primeiras décadas da imigração, houve a eclosão da Segunda Guerra Mundial, gerando um pesado ônus ao Japão, que saiu do conflito totalmente destruído após o lançamento pelos Estados Unidos das bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, talvez em retaliação ao ataque japonês a Pearl Harbor, pois praticamente já estava selada a derrota do eixo.

Os reflexos dessa ingloria contenda mundial foram sentidos pelos imigrantes aqui radicados, mas com o fim da guerra houve uma melhoria lenta e gradativa, também à medida que se dava a sua integração à sociedade brasileira.

Os nossos antepassados nos legaram a cultura da humildade, a trilha da honestidade, o respeito ao próximo, a obsessão pelos estudos, a questão da reciprocidade, o costume do não-desperdício e a veneração aos idosos, fontes perenes de sabedoria e conhecimento.

Na fase contemporânea, destacaria a grande atuação e formação dos *nikkeys* nas áreas das ciências exatas, empresarial, política, militar e artes.

Após as primeiras décadas de sacrifícios, nossos antepassados integraram-se à sociedade brasileira e nos deixaram um legado de humildade e sabedoria.

Neste ano de comemoração do centenário da imigração, sentimo-nos abençoados e agradecidos em poder compartilhar, em igualdade de oportunidades com brasileiros de todas as origens e culturas, nesta terra abençoada que se chama Brasil. Uma das qualidades marcantes da cultura japonesa é o senso de gratidão. Portanto, a comunidade nipo-brasileira, que atualmente congrega cerca de 1,5 milhão de descendentes, rende uma significativa homenagem aos nossos pais e avós que souberam integrar-se com dignidade, humildade e sabedoria à sociedade brasileira.

Carlos Shiniti Saito
é diretor da Delegacia Sindical do SEESP em Marília

GAROTO PAPO-FIRME



Agência Paulista de Engenharia e Arquitetura
Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Consulte o número
verde 0800-080000

Para mais informações
(11) 9170-0881
(11) 9284-9000

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



LEI DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL *não avança* QUANTO ÀS REGIÕES METROPOLITANAS

Soraya Misleh

DELEGAR ÀS CIDADES GESTÃO urbanística plena é o que propugna o projeto de lei 3.057/2000, de autoria do deputado federal Bispo Wanderval (PL-SP). Tendo sido aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados ao final de 2007, tramita em caráter terminativo nessa casa e ainda demanda melhora na redação e correções de rota, na opinião de especialistas.

Ponto positivo da proposta é que atualiza norma defasada, porém essa ainda demanda correções de rota.

Ao instituir a denominada Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, trata, conforme explicita Celso Carvalho, diretor de assuntos fundiários urbanos do Ministério das Cidades, de ampla revisão da Lei do Parcelamento do Solo (nº 6.766/79), cuja última atualização foi em 1999. “De forma geral, está defasada face às grandes mudanças na legislação urbanística brasileira, principalmente a que veio com o Estatuto

das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que estabeleceu regras para os planos diretores participativos e uma série de instrumentos de regularização fundiária.”

Na avaliação do Executivo Federal, relata ele, a principal evolução com o projeto é a instituição do conceito de gestão plena. Pela proposta, essa é garantida ao município que tem plano diretor e estrutura administrativa nas áreas urbanística e ambiental, bem como conselhos populares participativos instituídos. Assim, mediante a aprovação da nova lei, a cidade passa a ter “autonomia quase total para definir as regras de licenciamento ao parcelamento do solo”. Tanto do ponto de vista urbanístico quanto ambiental – diferentemente do que ocorre hoje, em que esse último é de atribuição estadual. A concessão das



Domicílios urbanos irregulares compõem cenário em São Paulo, problema que a nova lei se propõe a resolver.

as compõem é o que defendem os engenheiros em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Lançado em 2006 pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e sindicatos a ela filiados, entre os quais o SEESP, propõe plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social. Atualmente, tem se debruçado sobre o tema das regiões metropolitanas. Em documento recém-lançado, intitulado “Cresce Brasil Região Metropolitana de São Paulo” – fruto de seminário realizado na Capital paulista no dia 24 de março último –, aponta que no caso da RMSP, por exemplo, muitos dos problemas dos 39 municípios são comuns e o que ocorre em um costuma ter repercussão imediata nos demais. Assim, para o SEESP e FNE, “essa reorganização deve ser orientada por uma agenda comum com base numa visão holística do território metropolitano e na integração dos instrumentos de gestão. Nesse processo, têm papel decisivo e igualitário os municípios, o Estado de São Paulo e a União, sendo imprescindível e inadiável a criação de instrumentos de coordenação metropolitana”. Portanto, por essa visão, a proposta de Lei de Responsabilidade Territorial reproduz problema identificado no Estatuto da Cidade. Segundo tal concepção, esse é um avanço, no entanto não traz o enfoque metropolitano. Limita-se “ao município isoladamente como o locus da definição da função social da cidade e da propriedade, não enfrentando o tema do planejamento participativo na metrópole”.

Outros pontos a aprimorar

Atualmente o Brasil tem cerca de 13 milhões de domicílios urbanos irregulares, estima Carvalho, para quem o objetivo da nova lei é ajudar a resolver esse problema. Tanto que conta com capítulo específico sobre regularização fundiária, com critérios bem definidos para tanto. Contudo, ele ressalva: “Para que a medida tenha efetividade, é fundamental que o primeiro registro do título em cartório seja gratuito. E o projeto estabelece custas.” Nelson Saule Júnior, doutor em Direito Urbanístico, coordenador da área de Direito à Cidade do Instituto Pólis e do Fórum

Nacional de Reforma Urbana, representando essa entidade, concorda. Na sua opinião, deveria se prever a gratuidade no caso dos assentamentos informais de baixa renda. Sem contrapartidas concretas que favoreçam a produção de habitações de interesse social, beneficiam-se as classes média e alta. Ainda para ele, a nova legislação peca ao não fixar critérios específicos à regularização de favelas consolidadas.

O coordenador do Programa de Política e Direito do ISA (Instituto Socioambiental), Raul Silva Telles do Valle, por sua vez, lamenta que a proposta não tenha avançado “em novas formas de maior sustentabilidade do espaço urbano e tente apenas atualizar a lei de parcelamento do solo”. Contudo, vê com alívio o fato de não retroceder no que concerne ao meio ambiente. “Em estágios anteriores, o projeto de lei tinha problemas graves. No último relatório – de autoria do deputado Barbosa Neto (PDT-PR) –, grande parte foi resolvida.”

Outros aspectos críticos são constatados por Saule. “Alguns pontos dizem respeito a novas modalidades de parcelamento do solo, como condomínios urbanísticos e loteamentos fechados. Com isso, o projeto estabelece bairros que se apropriariam e estariam privatizando áreas da cidade, principalmente de preservação ambiental, as quais deveriam se manter públicas.” Isso, na avaliação do especialista, precisa ser mudado. “Está se definindo a possibilidade de implantação de novos parcelamentos e empreendimentos com essas figuras e permitindo que sejam regularizados sem contrapartida de benefícios”, pondera. O coordenador do fórum continua: “A proposta não estabelece regras que fortaleçam o planejamento urbano.” Conseqüentemente, segundo ele, gera a possibilidade discricionária do uso do território pelo município.

O projeto é controverso ainda no que concerne ao direito do consumidor. Carvalho reconhece aí um ponto fora da curva. Na visão do Executivo Federal, precisa ser resolvido o conflito com o Código de Defesa do Consumidor, ao impor ônus excessivos a inadimplentes.

Projeto não evolui no que tange à necessária coordenação integrada nessas áreas.



Produção desigual da cidade exige contrapartidas a habitações de interesse social e projeto peca nisso.

GOODYEAR ENGINEERED PRODUCTS

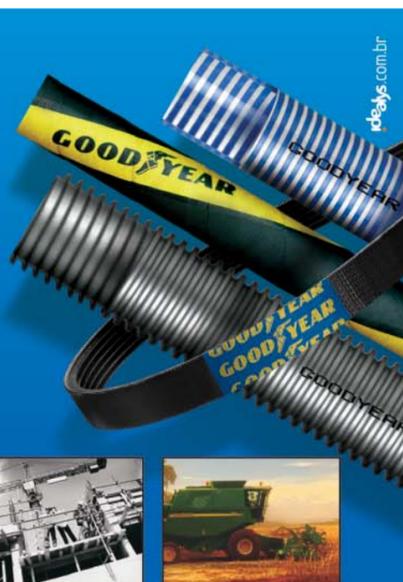
A MARCA QUE VALORIZA O SEU PRODUTO

Com um time de profissionais especializados e softwares especialmente desenvolvidos, a Goodyear Engineered Products presta assessoria completa durante o projeto para você utilizar as correias e mangueiras industriais mais resistentes do mercado. Os seus produtos ganham durabilidade, qualidade e a confiança do seu cliente. Goodyear Engineered Products, acelerando os seus negócios.



Aplicações:

- Indústria
- Construção Civil
- Eletrodomésticos
- Postos de Gasolina
- Mineradoras
- Implementos Agrícolas



Correias Industriais • Correias Sincronizadoras • Correias em V e Poly-V • Correias Agrícolas • Mangueiras de Borracha • Mangueiras de PVC • Mangueiras Hidráulicas • Terminais

GOODYEAR (e o símbolo do Pé Alado) é marca registrada usada pela Veyance Technologies, Inc. sob licença da The Goodyear Tire & Rubber Company. Goodyear Engineered Products são fabricados exclusivamente por Veyance ©2008 Veyance Technologies, Inc. Todos os direitos reservados.

pe.industrial@veyance.com
www.goodyearpe.com.br
0800 554 914

GOODYEAR
ENGINEERED PRODUCTS

VEYANCE
TECHNOLOGIES



Sessenta anos de inovação em *tecnologia agrícola*

Soraya Misleh

NO ANO EM que se comemora o centenário da imigração japonesa, uma indústria de máquinas agrícolas criada por um dos que vieram para tentar a sorte no Brasil celebra 60 anos de atividades: a Máquinas Agrícolas Jacto. Segundo conta seu diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, Fernando Gonçalves Neto, o pontapé inicial deu-se com o desenvolvimento da primeira polvilhadeira nacional por seu fundador, Shunji Nishimura, a qual foi patenteada em 1948.

Dez anos antes, esse imigrante – que havia se estabelecido na Capital paulista em 1932 – mudou-se para a cidade de Pompéia, no Interior. Lá, colocou uma placa na porta de sua casa com os dizeres: “Conserta-se tudo.” No contato com seus clientes, muitos deles agricultores, observou que as máquinas polvilhadeiras existentes exigiam muita manutenção e as peças importadas eram caras. Percebeu ali um nicho e decidiu aproveitar. Na esteira do sucesso que obteve ao lançar o produto pioneiro no Brasil, nasceu a Jacto. Atualmente o grupo conta com outras empresas e também investe em educação – área à qual

Desde sua fundação, Jacto tem apresentado inúmeros lançamentos, visando praticidade e precisão no campo.

Nishimura, hoje com 98 anos de idade, passou a se dedicar nos anos 80. A fundação que leva seu nome mantém a Escola Técnica Agrícola de Pompéia, entre outras.

Equipamentos inteligentes

Na área de tecnologia, a Máquinas Agrícolas Jacto visa, conforme o diretor, a simplicidade e robustez nos equipamentos, de forma a facilitar o manuseio aos usuários. Ele acrescenta: “Cada vez mais buscam-se máquinas inteligentes, de modo a garantir precisão na colheita de determinada cultura e aplicação de defensivos agrícolas ou adubos.” Como enfatiza Gonçalves, alguns equipamentos já contam com piloto automático “para guiá-los no campo, por GPS, em grandes linhas”.

De acordo com sua afirmação, além disso, a alta dos preços do petróleo – cujo barril já supera os US\$ 100 – reflete na elevação dos custos operacionais na agricultura. “Daí temos que trabalhar produtos com menor peso e otimizar a operação para diminuir o custo do combustível.” Os adubos também estão bem mais caros, o que levou a Jacto a vislumbrar “maior eficiência nas tecnologias de mapeamento do solo para aplicar taxa variável na lavoura, ou seja, a quantidade correta no local certo”.

Na parte de pulverização, o objetivo é diminuir o impacto de produtos químicos ao meio ambiente. “Temos o vortex, sistema dedicado de controle dinâmico, por *software*, que conta com cortina de ar que faz com que haja maior deposição do produto na planta.” Ao lançar sua linha de colhedoras, a meta é vencer a carência de mão-de-obra alegada pelos produtores. Foi o que levou a Jacto, por exemplo, a apresentar no ano de 2007 – em caráter inédito no Brasil, salienta o diretor – uma específica para laranja.

Até chegar aí, foram inúmeros lançamentos. Depois da polvilhadeira pioneira – com novidades, como consta no *site* da empresa, no mecanismo para bombear o pó e na maneira como o aparelho manual era fixado, às costas do operador –, foi a vez do primeiro pulverizador montado em trator, em 1958, destinado a culturas maiores. Na década de 70, a Jacto inovou nos materiais adotados na fabricação desse equipamento, ao colocar no mercado o modelo PJ 600, com tanque de plástico. “Até então, era usada fibra de vidro.” Gonçalves explica que a mudança conferiu maior qualidade ao produto e confiabilidade, além de possibilitar o processo em escala industrial. Já em 1979, o passo foi ainda maior, ao lançar uma novidade mundial: uma colhedora de café automotriz. Dois anos depois, novamente modernizou sua linha de pulverizadores, com o Columbia A-17, puxado por trator, “com barra totalmente hidráulica”. Em 1984, apresentou o Uniport 3000 4x4, “o primeiro pulverizador automotriz do Brasil, com comandos computadorizados”. Nos anos seguintes, incrementou a gama de equipamentos e em 1997 uma nova atualização desse produto, o Uniport 2000, garantiu-lhe a liderança no mercado nacional.

Como explica o diretor, a Jacto conta com 125 pessoas trabalhando exclusivamente com pesquisa e desenvolvimento, das quais 45 engenheiros. A essas áreas, investe anualmente 3,5% do seu faturamento. Para este ano, o orçamento previsto é de R\$ 21 milhões. Entre os projetos, colhedoras de café e azeitona – a essa última já dispõe de lote-piloto em teste na Argentina. Outro mercado provável é o europeu. No total, destina à exportação 40% de sua produção, atendendo 106 países.



Departamento de Marketing da Jacto

Colhedora de café da Jacto, com sistema GPS: facilidades ao agricultor e ganhos na produção.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARACATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – Fax: (11) 4521-4825 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. **LINS:** Trav. Guanabara, 39 – CEP: 16403-057 – Tel./Fax: (14) 3523-2890 – E-mail: lins@seesp.org.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./Fax: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Santa Elza, 231 – CEP: 12243-690 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjhc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesptaubate@vivax.com.br.

Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos

BAURU

Unesp (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho)

Site: www.feb.unesp.br

E-mail: spg@feb.unesp.br

Telefone: (14) 3103-6108

- **Pós-graduação em Engenharia de Produção.** Estão abertas as inscrições para o curso de mestrado da Faculdade de Engenharia de Bauru-Unesp até o dia 8 de julho. Serão preenchidas 20 vagas: cinco para pesquisa de gestão ambiental, cinco para a linha de métodos quantitativos aplicados e dez para gestão estratégica da produção e sistemas. Taxa de R\$ 39,00.

LINS

Unisalesiano (Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium)

Site: www.unisalesiano.edu.br/extensao

Telefone: (14) 3522-2733

- **Combustíveis renováveis: um olhar sobre o biodiesel.** Para conhecer a tecnologia de produção desses combustíveis. Curso semipresencial voltado a engenheiros químicos, agrícolas e produtores rurais. Período presencial de 14 a 17 de julho, das 19h às 22h40. A distância, dia 25 de julho, das 19h às 21h. Carga de 30 horas. Custo de R\$ 100,00 e inscrições até o dia 10 de julho.

SÃO PAULO

Academia de Engenharia e Arquitetura

Site: www.aecursos.com.br

E-mail: cursos@aecursos.com.br

Telefones: (11) 2626-0101 e 3739-0901

- **Projeto ergonômico de produtos e mobiliários corporativos e residenciais.** Para saber aplicar conceitos ergonômicos na concepção e desenvolvimento de projetos utilizando a tecnologia como ferramenta para melhorar a qualidade do produto e o conforto do usuário.

São temas os conceitos e fundamentos da ergonomia no desenvolvimento de projetos; usabilidade em produtos; aspectos biomecânicos no *design* de mobiliários; aspectos antropomórficos no *design* de produtos; ergonomia e desenho de manejos de objetos de uso manual; a legislação de ergonomia no mobiliário corporativo; as normas ABNT para mobiliário de escritório; etapas para concepção ergonômica de produtos (critérios e métodos); estudos de caso e desenvolvimento de projeto de produto. Preço de R\$ 890,00 a vista; duas parcelas de R\$ 476,15 ou três de R\$ 327,82. Nos dias 18 e 19 de julho, das 8h30 às 18h.

SÃO PAULO E PAULÍNIA

São Paulo Master School

Site: www.masterschool.com.br

E-mail: master@masterschool.com.br

Telefone: (11) 3083-0996

- **Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.** Para obter formação em temas como auditoria, laudos e perícia técnica; avaliação e gerenciamento de riscos; comunicação e treinamento; controle ambiental; ergonomia; gerenciamento de resíduos perigosos; higiene do trabalho; legislação e normas técnicas; medicina do trabalho; prevenção de incêndios e explosões; prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações; psicologia do trabalho e toxicologia. Pagamento em 15 parcelas de R\$ 435,00. Carga de 360 horas e aulas às segundas e quartas-feiras, das 19h às 23h, ou aos sábados, das 8h às 17h. Com certificação pela Universidade São Marcos.



POLI LANÇA MBA EM REAL ESTATE

PARA PREENCHER a demanda por profissionais capacitados às crescentes exigências do mercado imobiliário, a Poli/USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) lançou o MBA em *Real Estate*, área do conhecimento que desenvolve projetos com a qualidade desejada pelos controladores das empresas e investidores no segmento. Um dos únicos cursos específicos do País, trata da economia e dos negócios do setor, abrangendo administração das empresas, formatação de produtos, planejamento econômico, financeiro, gestão e análise de riscos dos empreendimentos.

Coordenado pelo Pece (Programa de Educação Continuada) da entidade, o público-alvo do curso são profissionais das áreas de Engenharia Civil, Arquitetura e Administração que pretendam ampliar seu conhecimento para atuar no cada vez mais especializado mercado imobiliário.

Para quem não quer fazer o curso completo, é possível inscrever-se em disciplinas avulsas. As aulas são práticas e teóricas e estão a cargo de professores da Poli/USP. Para ingressar, é necessário passar por um processo seletivo, baseado em análise de currículo e entrevista. Os candidatos devem ter conhecimentos básicos de inglês e atuação profissional na área ou setores correlatos.

O curso tem duração de dois anos e meio e as aulas são realizadas no período noturno, durante a semana, das 19h30 às 22h30. São 14 disciplinas, que variam de "Processos de gerenciamento de empreendimentos aplicados ao setor da construção civil" a "Instrumentos de investimento em *Real Estate*". Ao final, o aluno deve produzir uma monografia.

As inscrições devem ser feitas até o dia 7 de julho e as aulas começam no dia 28. Mais informações pelo telefone (11) 2106-2400.

No site www.poli.usp.br, é possível saber mais sobre *Real Estate* e conhecer detalhes da grade.





Mesa-redonda na DRT discutirá demissões de engenheiros da Codesp

Está agendada para 2 de julho mesa-redonda na Subdelegacia Regional do Trabalho de Santos, pleiteada pelo SEESP para discutir as demissões sem justa causa de engenheiros funcionários de carreira da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo). As negociações diretas com a empresa, segundo Newton Güenaga Filho, presidente da Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista, não deram em

nada. “Durante quatro meses mantivemos reuniões regulares com representantes da Codesp para discutir o caso das demissões dos nossos representados. Na última reunião, que ocorreu no dia 13 de junho, a empresa disse que não podia fazer mais nada e que a decisão estava agora nas mãos do Consad (Conselho de Administração)”, informa. O sindicato está estudando medidas judiciais para rever as dispensas.

Segurança do trabalho é tema no Encontro da Aesabesp

O XIX Encontro Técnico da Aesabesp (Associação dos Engenheiros da Sabesp), que acontece paralelamente à XIX Fenasan (Feira Nacional de Materiais e Equipamentos para Saneamento) nos dias 19, 20 e 21 de agosto,

abordará no painel de apresentação, na manhã do primeiro dia do evento, o tema da segurança do trabalho. Na coordenação estarão dirigentes do SEESP. Mais informações sobre o evento no *site* www.aesabesp.com.br.

SEESP reúne-se com prefeito de Marília

Em audiência no dia 23 de junho último com o prefeito da cidade, Mário Bulgareli, os dirigentes da Delegacia Sindical do SEESP em Marília, entre os quais seu presidente, Luiz Fernando Napoleone, reivindicaram um terreno para a construção de sede própria para a entidade. O prefeito comprometeu-se a disponibilizar área para tanto e já encaminhou o pleito para que seja atendido.

Sindicato ingressa com pedidos de dissídio junto ao TRT-SP

Frente à intransigência das entidades patronais da construção civil (Sinduscon) e pesada (Sini-cesp), bem como do setor das telecomunicações no Estado (Febratel e sindicatos a ela filiados), que não

abriram processo de negociação coletiva neste ano, o SEESP entrou com dissídios coletivos econômicos junto ao TRT-SP (Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo). A data-base é 1º de maio.

Acordos aprovados

Dersa – Em assembléia no dia 18 de junho último, os engenheiros do Dersa aprovaram a contraproposta da empresa para assinatura do acordo coletivo. Destacam-se: 4,51% de reajuste retroativo a 1º de maio extensivo ao salário normativo, ao auxílio-creche e aos vales-refeição e alimentação e manutenção das demais cláusulas preexistentes.

CET – Os engenheiros da CET, reunidos em assembléia no dia 25 de junho, deliberaram pela aprovação da contraproposta da empresa para o acordo coletivo. Essa inclui, entre outros itens, reajuste salarial de 5,21% (média da variação do IPCA, IGV-Dieese e INPC) em 1º de maio extensivo aos vales-refeição e alimentação e Programa de Participação nos Resultados em 2008 de até R\$ 2.100,00 por funcionário.

Consultoria – Em 17 de junho foi assinada pelo SEESP e entidade patronal a Convenção Coletiva de Trabalho dos engenheiros empregados nas empresas de arquitetura e engenharia consultiva do Estado. Entre os pontos, 7% de reajuste salarial em 1º de maio (variação anual do IPC-Fipe + 2,4% de aumento real) e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Cteep – A contraproposta da empresa para o acordo coletivo foi aprovada pelos engenheiros da Cteep em assembléias ocorridas no Estado nos dias 12, 13 e 16 de junho. Reajuste salarial de 6,8% (variação anual do IPC-Fipe + 1,4% de aumento real) em 1º de junho e abono de R\$ 500,00 estão entre os itens contemplados.

Diretor do SEESP em Rio Claro assume Secretaria municipal

O vice-presidente da delegacia do sindicato na cidade, Ruy Ferrão Costallat, assumiu em 2 de junho o cargo de secretário da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura de Rio Claro. Ele



ressaltou que vai dar continuidade à política implementada para o setor no município por seu antecessor, Tu Reginatto, e dar nova abordagem aos serviços de manutenção de praças e jardins, incrementando a consulta à comunidade para a busca de soluções.

Há duas gestões no SEESP, Costallat é engenheiro agrônomo. Seu extenso currículo inclui atuação como coordenador de meio ambiente da Ferronorte e como gerente do Horto Florestal de Rio Claro por 25 anos.

II EcoSP terá participação do Greenpeace

A se realizar de 5 a 7 de novembro, na Capital paulista, o II EcoSP (Encontro de Meio Ambiente de São Paulo), promovido pelo SEESP com o apoio da FNE (Federação

Nacional dos Engenheiros), contará nesta segunda edição com a participação do Greenpeace-SP. Além dessa importante presença e apoio, a iniciativa tem entre os patrocinadores a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), Dae (Departamento de Águas e Energia Elétrica) e Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica). Mais informações pelos telefones (12) 3633-5411/7371 e 3631-4047.



Faça um SeespPrev e viva com tranquilidade

Taxa de administração reduzida de 7% para 3,5%

Entre em contato e conheça todas as vantagens

www.bbprevidencia.com.br

bbprevidencia@bbprevidencia.com.br

Central de Atendimento:

0800 729 1112

www.seesp.org.br

previdencia@seesp.org.br

Contato SEESP:

(11) 3113-2638

Instituído pelo
SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

Administrado pelo
BB PREVIDÊNCIA

